



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Registro de preços para a eventual contratação de empresa para fornecimento de impressoras térmicas com guilhotina, conforme as quantidades e condições estabelecidas neste instrumento.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

Impressoras térmicas fazem parte da infraestrutura empregada pelo TRE/SC na organização e controle do fluxo de atendimento de eleitores nos Cartórios Eleitorais e Postos de Atendimento em diversos locais do estado, sendo muito úteis na automação da geração de tickets de atendimento, de modo ágil, personalizado e integrado com o sistema informatizado utilizado pelo TRE/SC para controle e agendamento do atendimento a eleitores.

A presente contratação visa o registro de preços para eventual aquisição de até 100 (cem) impressoras térmicas, considerando a necessidade de substituição de unidades defeituosas e inservíveis, de modo a garantir a disponibilidade desses equipamentos, atender projetos e eventos institucionais e manter a continuidade dos trabalhos e serviços prestados aos eleitores.

#### 2.2. Objetivos e Benefícios

- Garantir a disponibilidade de equipamentos que possam facilitar a execução de tarefas relacionadas ao protocolo de documentos, impressão de senhas para cadastramento biométrico e serviço de agendamento para o atendimento aos eleitores, de modo a atender aos diversos projetos e eventos institucionais, bem como a ampliação e substituição do parque de equipamentos do TRESC.

#### 2.3. Alinhamento Estratégico

A contratação está alinhada com as seguintes ações e objetivos estratégicos:

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none"><li>RE1 - Satisfação dos usuários de TIC.</li><li>RE2 - Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC.</li></ul>
Instrumentos Estratégicos Setoriais	<ul style="list-style-type: none"><li>IN30 - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais.</li><li>IN31 - Manter parque tecnológico atualizado.</li></ul>

#### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, constantes do Processo Administrativo Eletrônico n. 36.600/2021.

#### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Bem / Serviço	Demanda prevista	Quantidade a ser contratada
Impressora térmica com guilhotina	100 (cem) unidades	100 (cem) unidades



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser contratado é de natureza comum, possuindo características usualmente encontradas no mercado, assim como padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, conforme especificações técnicas mínimas detalhadas e constantes do Item 3 - "Especificação Técnica Detalhada" deste documento.

Item	Objeto	Quantidade
1	Impressora térmica com guilhotina	100 (cem) unidades

### 2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

### 2.9. Parcelamento e Adjudicação

Devido à natureza do objeto, não é possível seu parcelamento. A adjudicação será por item.

### 2.10. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

#### 2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à Qualificação Técnica, deverá ser exigido:

- 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

#### 2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

### 2.11. Modalidade e Tipo de Licitação



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”, pelo procedimento do Sistema de Registro de Preços.

### **2.12. Impacto Ambiental**

Para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE/SC e às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a empresa contratada deverá se responsabilizar, onde couber, pelo mecanismo de logística reversa.

### **2.13. Conformidade Técnica**

Não se aplica a esta contratação.

### **2.14. Obrigações da Proponente**

A empresa proponente deve disponibilizar todos os informativos técnicos necessários à análise da proposta quanto ao atendimento dos requisitos técnicos exigidos.

### **2.15. Obrigações da Contratante**

- 2.15.1. Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;
- 2.15.2. Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE/SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- 2.15.3. Efetuar o recebimento definitivo em até 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### **2.16. Obrigações da Contratada**

- 2.16.1. Fornecer os produtos no prazo e nas demais condições e especificações constantes da proposta;
- 2.16.2. Entregar os produtos à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da Nota de Empenho emitida pelo TRE/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
  - 2.16.2.1. Os produtos entregues deverão ser novos (de primeiro uso) e idênticos, com componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;
  - 2.16.2.2. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens de materiais predominantemente recicláveis, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.2.3. Os produtos deverão possuir garantia de fábrica mínima de 36 (trinta e seis) meses;
- 2.16.2.4. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pelo fornecedor dos produtos;
- 2.16.2.5. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE/SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade;
  - 2.16.2.5.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
  - 2.16.2.5.2. Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
- 2.16.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE/SC;
- 2.16.4. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### 2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela Coordenadoria de Contratações e Materiais do TRE/SC.

## 3. Especificação Técnica Detalhada

### 3.1. ITEM 1 – Impressora térmica com guilhotina, com os seguintes requisitos mínimos:

#### ESPECIFICAÇÕES

- 3.1.1. Tecnologia de impressão: **Térmica Direta** ou **Térmica Direta/Transferência Térmica** (a impressora deve permitir a impressão direta em papel térmico, sem uso de ribbon/fita);
- 3.1.2. Compatível com bobina de papel térmico de 80mm de largura;
- 3.1.3. Compatível com padrão **ESC/POS**.
- 3.1.4. Compatível com o sistema operacional Windows 10;
- 3.1.5. Possuir guilhotina instalada para corte automático de papel (total ou parcial);
- 3.1.6. Possuir 1 (uma) interface de comunicação USB;
- 3.1.7. Possuir 1 (uma) interface de comunicação Ethernet (RJ-45);
- 3.1.8. Possuir alimentação automática 100-240V AC / 50-60Hz;

#### GARANTIA

- 3.1.9. O equipamento ofertado deve possuir garantia de fábrica mínima de 36 (trinta e seis) meses;

#### OUTROS REQUISITOS

- 3.1.10. Todos os componentes devem ser novos (de primeiro uso) e idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios,



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;

- 3.1.11. O equipamento deve possuir estrutura robusta e bom acabamento, não apresentando deformações consideráveis durante o uso, manuseio ou transporte;
- 3.1.12. Os produtos devem ser fornecidos em pleno funcionamento, prontos para a utilização, acompanhando todos os acessórios, *drivers*, cabos e componentes;
- 3.1.13. Todas as portas, softwares e funcionalidades devem, quando necessário, acompanhar as respectivas licenças.

### INFORMAÇÕES DE PROPOSTA

3.1.14. Deve ser informado na proposta:

- **Marca; e**
- **Modelo do produto cotado.**

3.1.15. Poderá ser solicitada, ao proponente melhor classificado, a apresentação de catálogo ou a indicação de sítio oficial da Internet no qual constem as informações necessárias à comprovação do atendimento do produto ofertado às especificações técnicas exigidas.

### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

- Elgin i9 FULL (USB+Ethernet)
- Bematech MP-4200 TH (USB+Ethernet)

As marcas e códigos de referência citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para o produto solicitado, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, será aceito pela Administração, sem restrições, produto similar aos indicados, que detenham as especificações daquele).

### 3.3. Códigos SIASG

Código: 11177

#### 3.3.1. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

Florianópolis, em 26 de outubro de 2021.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE/SC e da Contratada

- 1.1.1. O Contratante se obriga a promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Gestão de Ativos de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão de eventuais contratações, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, que poderá, ainda, sanar eventuais dúvidas com relação à execução do objeto por meio do telefone (48) 3251-7459 e/ou endereço eletrônico: [csit-sgati@tre-sc.jus.br](mailto:csit-sgati@tre-sc.jus.br).

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

- 1.2.1. A Contratada deve entregar os equipamentos em dia útil, das 13h às 19h, à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, 2º andar, Centro, Florianópolis/SC, em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da nota de empenho emitida pelo TRE/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

#### 1.3. Instrumentos Formais

- 1.3.1. Será emitida Nota de Empenho em favor da empresa vencedora.

#### 1.4. Prazos de Garantia

- 1.4.1. Os produtos ofertados deverão ter garantia de fábrica mínima de 36 (trinta e seis) meses.

#### 1.5. Acompanhamento do Contrato

- 1.5.1. A comunicação entre o TRE/SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico ou e-mail com a Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE/SC:
- Titular da Chefia: Sr. Rogério Valdir da Silva;
  - Telefone: (48) 3251-7459;
  - Endereço: Rua Esteves Júnior, 68, 2º andar, 88015-130, Florianópolis/SC;
  - E-mail: [csit-sgati@tre-sc.jus.br](mailto:csit-sgati@tre-sc.jus.br) e [rogerio@tre-sc.jus.br](mailto:rogerio@tre-sc.jus.br).
- 1.5.2. A Fiscalização terá autoridade para:
- a) Exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
  - b) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;
  - c) Esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução;
- 1.5.3. A existência do acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após os serviços.
- 1.5.4. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à SGATI/CSIT/STI do TRE/SC.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- 1.6.1. Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.
- 1.6.2. Os materiais entregues serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a existência de eventuais avarias, bem como a conformidade dos materiais segundo as características descritas na proposta. Será feita a contagem de todo o quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas e, não sendo possível verificar item a item, haverá conferência por amostragem.
- 1.6.3. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.
- 1.6.4. O recebimento definitivo dar-se-á em até:
  - a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
  - b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.7. Pagamento

- 1.7.1. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:
  - a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
  - b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

### 1.11. Penalidades

- 1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.
- 1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e serão descredenciados no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto após a solicitação do Pregoeiro: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e,

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2.2. As sanções previstas nos itens 1.11.2 e 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do item 1.11.2 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESC, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.3.1. As penalidades estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea “e” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.3.2. Quando ocorrerem indícios de atos ilícitos praticados por empresas participantes da licitação, no curso do procedimento licitatório, caberá ao Pregoeiro encaminhar comunicação à Secretaria de Administração e Orçamento, contendo a descrição da conduta praticada e os subitens infringidos, a fim de que seja autuado processo administrativo específico de apuração de penalidade.

1.11.4. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, os atrasos injustificados na entrega do(s) produto(s) objeto desta licitação, bem como eventuais substituições de produto(s), sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à aplicação de multa de mora, no valor de 0,25% ao dia, sobre o do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo.

1.11.4.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.4, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução contratual.